



escola de **gestores**
da educação básica

**AVALIAÇÃO ESCOLAR - LIMITES E POSSIBILIDADES NA
PRÁTICA EDUCATIVA**

Belo Horizonte – MG
2011

Judite Almeida Rodrigues

**AVALIAÇÃO ESCOLAR - LIMITES E POSSIBILIDADES NA
PRÁTICA EDUCATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª. Zeneide Gonçalves da Rocha Gil

Belo Horizonte – MG
2011

JUDITE ALMEIDA RODRIGUES

AVALIAÇÃO ESCOLAR - LIMITES E POSSIBILIDADES NA PRÁTICA EDUCATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^ª. Zeneide Gonçalves Gil - UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

" Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se cria, em que se fala, em que se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim a vida"

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar propõe reflexões acerca da avaliação escolar na prática educativa. Para tanto, baseia-se em estudos bibliográficos, pesquisa *in loco* na Escola Municipal Clemente Farias do município de Almenara onde foi verificado seu Projeto Político Pedagógico para melhor análise da realidade escolar. Entende-se que a avaliação escolar é uma ferramenta fundamental para que a escola desempenhe seu papel de formação cidadã e que a prática educativa não deve se disseminar sem que haja responsabilidade pedagógica. Há nesse processo de análise a contribuição teórica de autores e estudiosos do assunto. Reflete-se, portanto, como está sendo a avaliação escolar na prática educativa da escola em questão.

Palavras-chaves: avaliação, escola e prática educativa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	DESENVOLVIMENTO.....	09
3	CONCLUSÃO	15
4	REFERÊNCIAS.....	16
5	ANEXO - Projeto Político Pedagógico da E.M. Clemente de Farias	17

1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar no processo de ensino-aprendizagem tem sido objeto de constantes estudos, pesquisas e debates entre os profissionais da educação, pois muitas vezes a prática avaliativa é vista como uma forma de punição de maneira velada ou não, ou ainda como um castigo, que intimida os alunos.

Nessa perspectiva, a presente análise crítica se caracteriza por reflexões e concepções acerca da Avaliação Escolar em que são observadas as diretrizes legais bem como as contribuições teóricas. Para abordar as implicações da avaliação escolar no processo de aprendizagem foram considerados os desafios encontrados durante a construção do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Clemente Farias – Almenara-MG, conforme anexo.

A escola analisada tem por fundamento a gestão democrática, com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar na construção de sua proposta educacional, cumprindo sua missão de oferecer um ensino de qualidade que vise à formação intelectual e cidadã de seus alunos.

A análise sobre a prática educacional vem apontando a questão da avaliação como um dos aspectos fundamentais a ser considerado no contexto, na formulação e implantação de propostas pedagógicas nas redes de ensino. Sendo assim, destaca-se um ponto essencial: o de proporcionar aos docentes uma melhor maneira de avaliar. Ao conceber a avaliação como um instrumento que contribui favoravelmente para garantir o processo de ensino-aprendizagem, desaparecem os limites rígidos entre atividades de aprendizagem e atividades de avaliação.

Compreender os modelos de avaliação praticados no ensino brasileiro torna-se relevante, pois sugere que as possibilidades de transformação aconteçam de forma coerente a fim de se evitar a dicotomia entre teoria e prática. Nesse sentido, o conhecimento e a compreensão dos referenciais teóricos dos modelos de avaliação presentes na prática educativa são importantes por permitir o reconhecimento de que a prática fundamenta-se a partir de uma teoria.

As abordagens conceituais aqui apresentadas não se tratam de elencar soluções tidas como “receitas prontas” de avaliação escolar, mas tem-se o propósito de evidenciar informações reunidas que visa proporcionar ação-reflexão-ação pelos envolvidos no processo avaliativo a fim de que contribua positivamente no âmbito educacional.

Diante dos mitos que rodeiam a tão temida avaliação, surge a necessidade de repensar a prática avaliativa, o que significa também repensar a maneira de disseminar a

avaliação em meio aos vários agentes presentes na escola – gestores, professores, pais e alunos.

O que se busca com essa análise crítica é que a avaliação seja vista como mais um instrumento para ajudar evidenciar os resultados e verificar se os objetivos estão sendo alcançados.

2. DESENVOLVIMENTO

A prática educativa tradicional é sempre muito criticada; os educadores acreditam na ação avaliativa classificatória como garantia de um ensino de qualidade, isso não acontece apenas com os professores, mas também com toda a sociedade. Em razão disso e de outros fatores há sempre discussões que envolvem o processo avaliativo, afim de que se consolide alguma tendência na prática pedagógica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu artigo 9º, inciso VI estabelece que a União se incumbirá de “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar do ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino (...)”. Além disso, no artigo 24 inciso V, alínea a, regulamenta que a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, “com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Nesse sentido, pode-se considerar a avaliação como parte central da organização da educação como analisar, coletar e disseminar informações sobre a educação, priorizando a qualidade técnica dos dados disponíveis, sua função política de análise crítica bem como sua relevância como instrumento essencial de diagnóstico e prognóstico com objetivo de melhorar resultados da aprendizagem.

Conforme a Resolução nº. 521/2004 da Secretaria Estadual de Educação – SEE/MG, em seu artigo 35, diz que:

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo de modo a possibilitar:

- I – o atendimento diferenciado aos alunos;
- II – as adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- III – o registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

A ação de avaliar no sentido pedagógico requer uma concepção mais ampla do verdadeiro papel da avaliação. Embora haja conceitos previamente definidos como se fosse uma “receita pronta” do que seja avaliar é pertinente que se considere a avaliação um processo mais amplo na prática educativa.

Epistemologicamente, o termo avaliar tem sua origem no latim, provindo da composição *valere* que quer dizer “dar valor a...”, porém o conceito de avaliação é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato

ou curso de ação...” (Porto, 1999) que, por si implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso avaliado.

Conforme o dicionário Aurélio, avaliar significa: “determinar a valia ou o valor de apreciar ou estimar o merecimento de, determinar a valia, o preço, o merecimento, calcular, estimar, fazer a apreciação; ajuizar”. Todavia, no ponto de vista pedagógico, avaliar significa entre outras coisas constatar o que está sendo aprendido, através do recolhimento de informações de forma contínua, conhecer melhor o aluno, suas competências e dificuldades, adequando assim o processo de ensino aos educandos.

Para Haydt, avaliar é

Julgar ou fazer apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores [ou] interpretar dados quantitativos e qualitativos para obter um parecer ou julgamento de valor, tendo por base padrões ou critérios. (HAYDT, 1997, p.48)

Teoricamente, Luckesi (2002) vem lembrar ao professor o verdadeiro significado da avaliação, pois esta, não pode ser usada como instrumento de ameaça tortura ou forma de castigo para com os alunos ainda que se trate de julgar ou atribuir valor. Segundo esse autor, trata-se de utilizar a avaliação como um elemento motivador da aprendizagem, deixando de ser uma prática do exame para ser uma prática educativa. No entanto, considera-se que a educação está voltada para os índices de aprovação/reprovação, que conseqüentemente leva os alunos a ficarem atentos apenas às notas e as formas de como consegui-las ao final do período, não se importando se houve algum tipo de aprendizagem.

Na visão de Maria Celina Melchior,

A avaliação não é só necessária como também deve ser realizada de forma eficaz, cumprindo assim sua função didático-pedagógica de auxiliar a melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Ela será eficaz se seu processo for dinâmico, participativo, sistemático, objetivo e válido. (MELCHIOR, 1999, p.23)

Em se tratando da avaliação na prática educativa da escola em questão, é necessário que se consiga analisar as capacidades desenvolvidas por cada educando, de forma que se possa obter uma confirmação de que o aluno realmente aprendeu. No processo de avaliação não se pode ter 100% de certeza de que houve ou não aprendizagem; no entanto, como fazer para medir a proporção em que cada aluno conseguiu atingir o objetivo estabelecido no que foi planejado inicialmente, levando em conta apenas sua atuação individual e não sua posição em relação ao grupo? A resposta não é tão fácil, os métodos que possam ser sugeridos como

uma solução possível não é de fácil aplicação, pois a dificuldade está em função de como estes vêm sendo feitos tempos atrás.

A avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional. (SANT'ANNA, 1995, p.7)

A avaliação envolve diferentes etapas com papéis fundamentais em que há presença do avaliador e do avaliado, deixando uma responsabilidade de ser o seu próprio agente do processo de aprendizagem. Vários aspectos devem ser analisados como avaliar e detectar se o educando apresenta um determinado conhecimento para estar na sala em que irá frequentar, pois isso será de fundamental importância para que ele possa obter o sucesso no período que irá cursar.

Pretende-se desenvolver no processo educativo da escola em questão uma avaliação da aprendizagem escolar com atribuições de qualidade aos resultados adquiridos pelos educandos, com objetivo de direcionar o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos mesmos, tendo assim uma aferição do aproveitamento dos educandos não em função de aprovar ou reprovar, mas sim de direcionar a aprendizagem. Para uma avaliação mais justa no contexto escolar tem que se estabelecer um padrão mínimo de conhecimentos e habilidades que o aluno deverá adquirir e não uma nota mínima como acontece nas instituições escolares.

Entretanto, diante da intensa utilização de notas e conceitos na prática escolar e da própria legislação educacional que determina o uso de uma forma de registro dos resultados da aprendizagem, não há como, de imediato, eliminar as notas e conceitos da vida escolar (LUCKESI, 2002 p.97).

Nesse sentido, entende-se que a avaliação necessita ser considerado um processo de compreensão dos aspectos envolvidos na aprendizagem e desenvolvimento humano. Tereza Esteban (2006, p.57) afirma que

Avaliar o aluno deixa de significar um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como modelo capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento, o que pode vir, a saber, o que é potencializado e revelado em processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para superação, sempre transitório do saber.

Para Hoffmann (1993), a ação avaliativa mediadora se desenvolve no decorrer da análise de seus entendimentos de uma forma a ajudar esse aluno a atingir um saber

verdadeiro; uma vez que o contexto avaliativo é uma construção coletiva, de forma que depende da associação de uma série de fatores e situações. Hoffmann (1993, p. 10) diz que “experiências em avaliação mediadora precisam ser ampliadas, pela conquista de novas parcerias e também pelo ataque aos cétricos”.

Nessa perspectiva, um erro, por exemplo, pode ser aproveitado como uma forma de buscar a aprendizagem, pois se trata de uma ação mediadora em que há um desafio constante na tentativa de mudar o modelo tradicional de se avaliar, em que o acerto é a única coisa válida e o erro é discriminado de várias formas como também mostra a correção ou retificação, de uma forma a mudar-se para análise e interpretação da resposta do aluno, devido o seu grau de conhecimento na área questionada.

Outro aspecto importante a ser considerado no decorrer da avaliação do aluno é atentar para desenvolver atividades de disciplinas que contemplem conteúdos ligados a sua realidade cultural, econômica, social. Em se tratando da disciplina de Língua Portuguesa no ensino fundamental, por exemplo, não é conveniente desenvolver atividades linguísticas em que se questione palavras e significados dos tipos *Shoppings Centers*, sistema operacional Windows, linux, etc. Isto é, no caso de ser esses dialetos distantes da realidade vivida pelos alunos.

O desenvolvimento da aprendizagem calcada no direcionamento dos conteúdos à realidade do aluno certamente favorecerá o processo avaliativo. Há inúmeras estratégias de avaliação no processo educativo, mas antes de tudo é pertinente o professor perceber qual tipo de avaliação dará possibilidades de aumentar o desempenho do aluno em relação ao seu aprendizado.

Cada escola, cada turma tem suas peculiaridades na personalidade, nos valores, na cultura, dentre outros aspectos. No entanto, o professor enquanto mediador do conhecimento exerce dentro da escola, um papel muito importante, pois considerando a situação de cada processo de avaliação, deverá diagnosticar o perfil da escola e de seu aluno, para, a partir de então desenvolver estratégias de aprendizagem no decorrer das aulas, que conseqüentemente influenciará de forma positiva na prática avaliativa.

Para ver o aluno no grupo e de acordo com sua própria medida, considerando sua capacidade pessoal e seu esforço, é preciso pensar a avaliação como um procedimento referente não apenas ao aluno como indivíduo; é preciso levar em conta todo o processo escolar e em particular todos os aspectos do currículo. (SANT'ANNA, 2002 p.89).

Avaliar de maneira tradicional ou lúdica vai depender do resultado pretendido alcançado. Uma forma tradicional de avaliar pode ser considerada positiva desde que os resultados sejam alcançados no processo de aprendizagem. Não se trata de memorização de conteúdos, mas de uma assimilação aplicativa, ou seja, o aluno saberá desenvolver e articular o conhecimento aprendido na prática.

Vale ressaltar que a avaliação não se restringe ao aluno de maneira individual, pode ser compreendida como um processo que abrange toda a escola de forma em geral. Desde o professor, os demais servidores e pais ativamente participativos.

Hoje, vê-se uma tendência de gestão democrática da educação em que a escola é vista numa totalidade de ações em conjunto dos alunos, professores, demais educadores, pais e comunidade. Nesse sentido, o processo avaliativo corresponde à política da escola, o grau de dificuldade de alunos e, ainda se relaciona com a competência do professor.

De uma maneira geral pode-se compreender que a avaliação mais ampla se caracteriza quando o governo lança avaliações conteudistas para alunos numa totalidade como forma de medir a qualidade da educação de uma determinada escola ou região. Avaliação mais restrita corresponde à que o professor faz aos seus alunos no decorrer das aulas no ano letivo.

Além dessa avaliação de nível conteudista é pertinente lembrar da avaliação no aspecto de gestão realizada também pelo poder público quando se verifica a legalidade das ações da escola como um todo: planejamento, funcionamento, cumprimento do ano letivo e demais regulamentações necessárias.

Em razão das diferentes abordagens possíveis da avaliação é que se deve considerar um processo mais amplo dentro da escola e que, além disso, movimentada a escola no âmbito social. É importante ter presente o processo de avaliação e auto-avaliação em que os agentes do processo avaliativo reflitam sobre suas ações dentro da escola.

Propiciar condições para ajudar o aluno a pensar sobre si mesmo e o que tem realizado, é prepará-lo para uma aprendizagem significativa na caminhada da vida. Para que a auto-avaliação tenha êxito é preciso que o professor acredite no aluno e ofereça condições favoráveis à aprendizagem, pois só assim este se sentirá seguro, confiante e manifestará autenticidade. (SANT'ANNA, 2002 p.95).

Vemos que o fato de avaliar continuamente os educandos é um desafio presente, pois o professor tem que estar atento a todo o momento e refletindo sobre a ação de estar avaliando além do cotidiano escolar, assim, a avaliação passa a ajudar no ensino-aprendizagem para que esta seja significativa. É de fundamental importância que o professor passe a acompanhar a

construção do conhecimento do educando, podendo analisar o grau de desenvolvimento deste, sem julgá-lo apenas por um determinado momento, geralmente, o da prova, nesse sentido, avaliar é preciso. O educando pode ser avaliado diariamente, evidenciando seu desenvolvimento e seu conhecimento adquirido no cotidiano escolar; mostrando também que pode ser construtor de uma aprendizagem diária relacionando-a com o meio em que vive.

A importância de avaliar sempre estará presente, de acordo com as possibilidades dadas a todos os envolvidos nesse processo de aprendizagem e reflexão, principalmente ao educando como um todo um ser social que apresenta suas necessidades individuais e é possuidor de experiências que devem ser aproveitadas na escola. Não há como excluir a necessidade de se avaliar os conhecimentos, mas isso pode ser feito de forma objetiva ao que se propõe para melhoria de todo o processo educativo.

Portanto, para que se consiga atingir qualitativamente o ensino como um todo, é necessário passar por mudanças, para que essa aprendizagem aconteça e que possa beneficiar e consolidar a formação de cidadãos críticos, questionadores e muito mais preparados para sua atuação no campo social, profissional e que tenham uma extensão gradativa de autonomia de suas próprias vidas.

Avaliar é uma descoberta constante que implica situar as pessoas envolvidas a descobrirem os seus verdadeiros significados e torná-la realidade nas escolas; é necessário o abandono de práticas não mais utilizadas no dias atuais. O professor pode utilizar a avaliação para organizar a aprendizagem do aluno sendo muito importante uma relação harmoniosa entre professor e educando.

Se dirigida com habilidade e reflexão, e na medida em que possa servir de instrumento para identificar as carências apresentadas pelos alunos no decorrer do ano letivo, serve de uma forma intermediária para que o professor possa vir a tomar algumas decisões ou executar modificações, e até mesmo buscar intervenções pedagógicas que possam vir a favorecer o desenvolvimento necessário ao alcance dos objetivos propostos pela instituição.

Nesse sentido, o professor precisa desenvolver a aprendizagem juntamente com os alunos, não necessitando utilizar a avaliação como uma forma autoritária, visto que eles descobrem que construindo o conhecimento através da troca, não precisa necessariamente de uma nota para dizer se o aluno teve ou não uma aprendizagem, podendo desenvolver uma avaliação constante e diária.

3. CONCLUSÃO

Finalmente, considera-se que a leitura da prática educativa aponta para o fato de que o educador precisa estar atuante e manter-se reflexivo em relação aos novos paradigmas. Cada passo de sua ação deverá ser marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação. Além disso, a Avaliação no contexto escolar pode ser considerada um “eixo” do processo pedagógico uma vez que avaliar possibilita apresentar o verdadeiro resultado da aprendizagem. Logo, não se trata de reprovar ou aprovar algo ou alguém, mas representa o funcionamento do processo educativo.

Requer ainda, que todos os envolvidos no processo de avaliar tenha atitudes colaboradoras no ensino-aprendizagem, verificando o que necessita melhorar no sentido de tentar adequar as metodologias pedagógicas à realidade do seu público escolar. Isso pode ser verificado a partir de observações do cotidiano escolar bem como realizando constantes articulações – comparações – entre o Projeto Político Pedagógico da Escola e o que realmente acontece no decorrer dos dias letivos. Entende-se que se trata de um conjunto de ações de professores, supervisores e gestores da escola.

Assim sendo, a avaliação se apresenta como figura da escola retratando o que a mesma realmente é, demonstrando a educação que é aplicada; revelando a formação ideológica de seus membros.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar**. Maria Teresa Esteban. – 4. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HAYDT, Regina Cazaux. **A avaliação no processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

_____. **Avaliação: Mitos & Desafios: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade 9ª Edição 1993.

LUKCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições**. 11ª. Ed. - São Paulo: ed 19ª Cortez, 2001.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação Pedagógica: função e necessidade**. Mercado Aberto Editora, Porto Alegre, 1999.

SANT' ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como Avaliar? Critérios e instrumentos**/ Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**, disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 08 de outubro de 2010

Porto Editora. **Dicionário de Latim-Português**. 1999.

5. ANEXO

ESCOLA MUNICIPAL DR. CLEMENTE DE FARIAS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Ana Maria Santos Souza

Judite Almeida Rodrigues

Marco Túlio Santos Ledo

Tânia Brito Sirqueira

Belo Horizonte, 2010

ESCOLA MUNICIPAL DR. CLEMENTE DE FARIAS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado à Disciplina Projeto Vivencial do curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Assistente Zeneide Gonçalves da Rocha Gil.

Belo Horizonte, 2010

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
1.1	Contexto da Escola Municipal Clemente de Farias.....	05
1.2	Identificação da Escola.....	05
1.3	Histórico da Escola	05
1.4	Diagnóstico	07
2	FINALIDADE DA ESCOLA	11
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	13
3.1	Estrutura Organizacional Administrativa	13
3.2	Estrutura Organizacional Pedagógica da Escola	16
4	CURRÍCULO	19
4.1.	Plano de Ensino	22
4.1.1	Língua Portuguesa	22
4.1.2	Matemática	22
4.1.3	Ciências	23
4.1.4	Geografia	23
4.1.5	História	24
4.1.6	Arte	24
4.1.7	Educação física	24
4.1.8	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	24
4.1.9	Ensino Religioso.....	25
5	TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR	26
6	PROCESSO DE DECISÃO	29
7	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	30
8	AVALIAÇÃO.....	32
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

O conceito de educação está intrínseco nas mais diversas correntes de pensadores que ao longo da história fizeram da humanidade centro de questionamentos a respeito de valores morais e éticos, criticando padrões estabelecidos por uma sociedade dual, em que a escola torna-se baliza entre interesses de governos, família e sociedade.

Nesse contexto, as instituições de ensino vêm percebendo gradativamente a necessidade de repensar práticas pedagógicas, objetivos e finalidades da educação, bem como refletir sobre as mais variadas temáticas que absorvem a educação, como iniciativas educativas diversas a fim de serem implementadas gradativamente, fato visto na construção das Propostas Político-Pedagógica. Portanto, Vasconcellos (2000, p.169), o projeto político-pedagógico:

pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativa, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Neste mesmo caminho, para Osório (1999, p. 13) o projeto político pedagógico reside

na tentativa da comunidade escolar de construir com a parceria de seus diferentes segmentos, uma identidade institucional que explicita, para o curto e o longo prazos, as razões e os propósitos de seu compromisso na formação de seus alunos. Esse entendimento resulta da diversidade de atos, opiniões, ideologias e práticas escolares de todos os envolvidos na educação no país. É, sem sombra de dúvida, mais uma tentativa de reconstruir, em essência, a natureza da educação como elemento de formação; é o resgate da função social das instituições escolares e, ao mesmo tempo, a definição de sua identidade institucional. O projeto pedagógico deve ser entendido como um contrato social que envolve os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Assim, o presente Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Clemente de Farias, integrante da Rede Municipal de Ensino do município de Almenara fora concebida através de ações conjuntas que são estabelecidos através de estudos de documentos que serviram como referencial teórico e ainda o estudo da realidade escolar em uma visão contemporânea, onde a escola não pode deixar de ser um elo de formação para uma construção crítica, criativa e cidadã frente aos desafios da nova era.

Além de buscar superar as dicotomias, historicamente postas, pretende-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Ensino Fundamental a interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: a pesquisa, a prática e a avaliação. O primeiro saber procura refletir sobre novos conhecimentos e mais ainda como mecanismo para a produção de novas formas de pensar e de perceber o mundo; o segundo saber está voltado para uma nova base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos e a avaliação que busca levar os alunos a uma visão integrada na sociedade em que vive, podendo tornar-se agente de transformação da realidade ali expressa, levando a constituição da cidadania.

Por fim, torna-se necessário ressaltar que este projeto Político-Pedagógico não é documento definitivo, ao contrário, deve ter um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

1.1 Contexto da Escola Municipal Clemente de Farias

1.2 Identificação da Escola

Nome da Instituição: Escola Municipal Clemente de Farias

Endereço: Rua Samuel Alves de Oliveira, s/nº, Bairro São Pedro, CEP 39900-000, Almenara - MG

Entidade mantenedora: Secretaria Municipal de Educação

Turnos de Funcionamento: Matutino, Vespertino, Noturno

Nível de Ensino Ofertado: Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 09 anos

1.3 Histórico da Escola

A E. M. Dr. Clemente de Faria atualmente é parte integrante da Rede Municipal de Ensino, está localizada à Rua Samuel Alves de Oliveira, s/n, no bairro São Pedro em Almenara – MG.

A 1º de agosto de 1959, nesta cidade de Almenara, na presença do Sr. Inspetor Regional de Ensino, professor Tertuliano Silva, do Sr. Inspetor Municipal Dr. Euvaldo Moreira, do Sr. Agenor Nascimento, Fundador destas escolas e professores, foram instaladas

as Escolas Reunidas que recebeu o nome de Escolas Reunidas Ciro Maciel, Secretariado da Educação do Estado de Minas Gerais.

A escola funcionou a princípio sob a direção da professora Maria Júlia Alves de Souza.

Pelo decreto nº 5813, de 9 de abril, digo 09 de junho de 1960, transformada em Grupo Escolar Dr. Clemente de Faria, assumindo a direção a diretora técnica D. Elza Santos.

Esta Escola funcionou nos seguintes setores:

Praça de Esportes, Rua Livio Frois Otoni, Rua Capitão Marcelino, Praça Benedito Valadares, tendo salas Esparsas, Praça Padre João de Paulo, prédio cedido pela Loja Maçônica e no G.E. Antônio Gil.

Atualmente funciona em prédio próprio, à Rua Samuel Alves de Oliveira, s/n, bairro São Pedro. Aos 22 do mês de abril de 1965, por motivo da aposentadoria da Diretora D. Elza Santos, assumiu-se a direção da escola a professora Hélia Luíza de Carvalho Ferreira.

Pela lei 5692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino que foi transformando o antigo primário e curso ginásial em “ Ensino de 1º grau ”.

Pela resolução nº 810 / 1974 de 06/07/1974, pág. 21, col. 04, o referido grupo escolar recebeu denominação de E.E. Dr. Clemente de Faria – 1º grau – 1.2.

Por motivo de afastamento da professora Hélia Luíza de Carvalho Ferreira, assumiu a direção da E.E. Dr. Clemente de Faria – 1º grau – 1.2 a auxiliar de diretora Maria das Dores de Oliveira Fonseca. Afastada do cargo, Maria das Dores de Oliveira Fonseca em 13/08/83, sendo substituída logo a seguir pela professora Heliete Fonseca Lopes, que se afastou em, 1991 para se aposentar. Em 1992, a professora Rosângela Fonseca Gomes, assumiu a direção sendo então a primeira diretora eleita através de voto, escolhida pela comunidade escolar. Atuou por dois pleitos e saiu apostilada, conforme lei nº 9263/86, 1º, 3º e 4º da lei n 12459/1997.

Em 1997, assume a direção da escola a especialista em educação Etelcina Roesberg Mendes, segunda diretora eleita pela comunidade escolar em 1997. Atuou por dois pleitos e saiu apostilada em março de 2004. Neste mesmo ano, assume a direção através de voto direto a professora de Português Cléria Imaculada de Oliveira Machado, eleita em dezembro de 2003 sendo empossada em março de 2004 exercendo as suas funções até o ano de 2009. Em 2010, através de processo de municipalização das Escolas Estaduais, assume a administração

da Escola a Secretaria Municipal de Educação de Almenara, na pessoa da Senhora Udilma Souza Alves.

Inicialmente, a escola passa a integrar o terceiro bloco da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito e fica então sendo administrada interinamente pelo senhor Adelson dos Santos. Por conseguinte, assume a direção da escola após deferimento de pedido de adjunção a Prof. Risoneide Maria Oliveira, em março do ano de 2010.

1.4 Diagnóstico

A Escola Municipal Clemente de Farias tem por fundamento a gestão democrática, com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar na construção de sua proposta educacional, cumprindo sua missão de oferecer um ensino de qualidade que vise à formação intelectual e cidadã de seus alunos.

Assim, direção e professores buscam harmonia e equilíbrio de decisões, de modo a favorecer a construção de uma relação democrática, plural e transformadora, que inclua o diferente e supere as marcas sociais do preconceito e individualismo que historicamente imperam nas instituições educacionais. É exatamente a construção dessa relação que vem sendo o grande desafio da escola.

Muitas vezes as circunstâncias das condições de trabalho, das questões particulares e até mesmo de formação profissional se sobrepõem à concentração desta integração necessária e imprescindível para alcançar a Escola desejada.

A Escola Municipal Clemente de Farias atende a uma demanda considerada satisfatória para os padrões do ensino público, nas formas de qualidade e gratuidade. Seu currículo confere com a base comum estabelecida nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, a parte diversificada é escolhida de acordo com a realidade do alunado e dos profissionais habilitados e disponíveis. Não obstante os esforços, lacunas deixadas pela falta de capacitação e treinamento periódica da equipe, a fim de manter uma unidade tanto junto ao corpo de professores à própria instituição.

A Escola vem ofertando em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação vem ofertando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos através do Programa Projovem Urbano, que atende jovens entre 18 e 29 anos, que não tiveram acesso ao ensino em idade escolar e que desejam retornar aos estudos e além da formação básica, incluída em projeto próprio, oferta a qualificação profissional em

Agroextrativismo e Construção e Reparos II e contam ainda com um auxílio mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

Para a realização de tal parceria levou-se em consideração a necessidade da escola de contribuir com prioridades relativas ao grau de pertinência social que assumia a educação de adultos face às exigências colocadas pelo processo de transformação social, bem como de contribuir para que o adulto fosse encarado como sujeito histórico deste processo.

Os educadores do programa passaram por uma capacitação inicial de 96 horas presenciais e vem passando por capacitações continuadas de 16 horas mensais.

Acompanhando a dinâmica das mudanças sociais e educacionais, a escola se preocupou em adequar sua realidade a escolas.

Deste modo, o ensino fundamental ora proposto é o resultado conseqüente de uma construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da comunidade dos docentes, discentes e funcionários da unidade de Educação num processo de avaliação contínua e tomada de consciência da importância da tarefa educativa.

No trabalho pedagógico existe a necessidade de diversificar as atividades com o intuito de atender as diferenças individuais e o interesse e motivação do aluno drasticamente comprometido pela discrepância entre o “mundo lá fora” e o “mundo da escola”.

Os alunos têm uma rotina diária de 4 horas de aula dividida em três turnos. As turmas são heterogêneas, o acesso à escola se dá pela matrícula e atende a clientela indistintamente, de forma a promover a inclusão social.

Percebe-se um bom relacionamento entre professores e alunos e um investimento na superação de desentendimentos, quando ocorrem.

Todas as reuniões da escola ocorrem segundo o calendário escolar, elaborado com anuência de todos os funcionários e respeitando a realidade local.

O colegiado trabalha conjuntamente com a direção, decidindo desde a aplicação dos recursos financeiros e as formas alternativas de arrecadação de verbas, a tudo que for solicitado.

O quadro social do alunado se aproxima bastante das descrições que caracterizam a realidade do Vale do Jequitinhonha frente às outras regiões mineiras. Muitas vezes manter o aluno na escola, haja vista sua condição econômica limitada é difícil.

Junto à carência social, econômica e cultural, vem também a carência afetiva, diante a diversidade de formas de agrupamentos familiares: “filhos sem pais”, pais com dependência

química, ausentes, alheios e omissos a educação de seus próprios filhos, tornam o foco de atenção da escola.

Os professores, muitas vezes, são o esteio para esses jovens e adolescentes que transferem para a Escola a referencia de lar, família e afeto. E é esse o papel da escola: fazer frente a esta realidade, dentro das condições e incluir em seu currículo o compromisso com a formação integral dos educandos, trabalhando conceitos indispensáveis à formação de ser humano.

Cidadania e paz são elementos articuladores do projeto Político Pedagógico desta Escola, que pretende ser um documento dinâmico e atual que reflita a realidade de sua prática pedagógica e o compromisso com a construção de uma sociedade ecologicamente correta, economicamente viável, ambientalmente justa e solidária.

Questões envolvendo sete itens básicos para a construção de uma escola de qualidade: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico e acesso, permanência e sucesso na escola, foram debatidos por toda a comunidade escolar: representantes de todos os segmentos foram convocados, a fim de que fosse estruturado situações para que sanasse as dificuldades diagnosticada, principalmente: a falta de participação das famílias na educação dos seus filhos.

Em um segundo momento realizou-se um questionário que foi respondido pelos alunos e num terceiro momento, pelos professores da escola, de forma individual. Desta forma, todos foram incluídos no processo de tomada de opiniões para avaliação, reflexão da qualidade na educação e decisões da escola para construção do seu Projeto Político-Pedagógico.

São problemas que a Escola Municipal Clemente Farias vem enfrentando:

- Descompromisso dos pais;
- Famílias desestruturadas;
- Pouca integração entre os professores, equipe pedagógica e direção;
- Alta rotatividade no quadro de professores e funcionários;
- Falta de oportunidades para a exposição de ideias, mistura entre política e educação;
- Falta de equipamentos de apoio à área pedagógica;
- Baixo nível de proficiência dos alunos em relação a serie que se encontram;

- Um percentual significativo de alunos fora da faixa considerada correta para a idade, atrasos na aprendizagem.

Concluiu-se que os problemas são gerados pelo baixo salário dos professores, que sem consciência de classe, não sabem lutar por seus direitos e que juntamente com os governantes misturam política à educação.

Avanço que a escola teve:

- Baixo índice de evasão;
- Professores buscando mais conhecimentos e maior formação;
- Equipe pedagógica atendendo a todos os níveis do ensino;

No relatório final dos trabalhos concluiu-se que: temos uma escola responsável e segura do que transmite; que se empenha em melhorar o trabalho e é humana. A escola funciona nos turnos da manhã e tarde (ensino regular) e noite com Projovem Urbano, atualmente com mais de 400 alunos nos três turnos.

2. FINALIDADE DA ESCOLA

A Escola Municipal Clemente de Farias desenvolve trabalhos para os anos iniciais do ensino fundamental, tendo por finalidade à formação do aluno como cidadão reflexivo, crítico e ativo para atuar como agente transformador, para atender as demandas advindas da comunidade e da sociedade em geral, de modo a:

- Educar partindo do princípio: Prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem;

- Possibilitar o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida, a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;

- programar ações que possibilitem o domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem, conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e a convivência social.

Dessa maneira o ensino estará voltado para a formação do aluno que seja capaz de estabelecer atitudes questionadoras, críticas e equilibradas no exercício da cidadania. Cultivando o conhecimento, como fonte central de mudanças, principalmente de humanização, sem perder de vista a perspectiva ética, a escola propiciará a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico. Portanto, o aluno egresso da Escola Municipal Clemente de Farias, será capaz de refletir sobre seus conhecimentos científicos, culturais, sociais, estéticos e políticos, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática e estruturando-se sobre os princípios de caráter interdisciplinar que estará se delineado no processo educativo:

- **Princípio sócio-histórico do conhecimento**, entendendo o conhecimento como produto da construção histórica do ser humano, que nas suas relações o constrói e reconstrói, adaptando-se a novos contextos e reelaborando novos sentidos para a sua sobrevivência;

- **Princípio de uma concepção de sociedade com maior justiça social**, o que pressupõe melhor qualidade de vida por meio de diferentes formas de pensar e atuar sobre a realidade, onde se apresenta de modo multifacetado no plural e complexo mundo atual;
- **Princípio da compreensão das diferenças**, formadora da sociedade brasileira, as diferenças de etnia, gênero, classe, e tribo, etc, que dão origem a diferentes modos de organização da vida, valores e crenças apresenta-se para a educação como um desafio interessante e contribuidor, de forma que é impossível desconhecê-lo e ignorá-lo, principalmente se observados os novos pressupostos educacionais que remetem a formação humana e sua construção social;
- **Princípio da compreensão da pesquisa como processo educativo**, enquanto fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares constituindo-se em elemento articulador entre teoria/prática;
- **Princípio da compreensão da praxi**, enquanto unidade teoria-prática visando a ação-reflexão-ação na construção do saber.

Portanto, esta proposta pedagógica e política se dará na construção atênue da comunidade escolar com os objetivos e metas que o completa, principalmente, através da construção de um currículo que adeque-se a realidade local e um ensino que procure valorizar experiências, sendo esse um processo de participação democrática e construído coletivamente, onde se dará a inserção de novos modelo de ensino e políticas educacionais.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal Dr. Clemente de Farias é constituída por elementos que se pautam em uma gestão democrática e que se estabelece frente aos constantes desafios que o meio educacional promove, buscando-se sempre a promoção do bem comum e do aluno e de toda a comunidade escolar. Assim, para uma melhor dinamização do espaço escolar, a escola pauta-se em uma estrutura tanto pedagógica quanto administrativa que tem por finalidade a consecução plena da aprendizagem dos alunos, cabendo a equipe administrativa composta pela secretaria da escola, direção e serviços dos auxiliares da educação. No âmbito pedagógico entram em cena o serviço de supervisão e de orientação educacional, a direção da escola e a equipe docente.

Também entram em cena o colegiado escolar que possui por finalidades dirimir e se posicionar frente às questões pedagógicas, administrativas, jurídicas e financeiras da escola.

3.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Clemente de Farias está localizada em espaço cedido pelo governo do Estado de Minas Gerais através de sua Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais tendo-se em vista o processo de municipalização das escolas da Rede Pública Estadual, onde antigamente eram as instalações da Escola Estadual Dr. Clemente de Farias .

A Escola conta com infra-estrutura adequada aos princípios de inclusão escolar. Recentemente, o prédio fora reformado e a escola conta com sete salas de aula amplas, arejadas, com ventiladores, dois banheiros para alunos, uma quadra poliesportiva sem cobertura, uma biblioteca, uma cantina, um refeitório, uma sala dos professores com banheiro, um depósito, uma sala de direção e uma secretaria escolar e mais, um laboratório de informática com 10 máquinas.

No âmbito do quadro pessoal, a Escola Municipal Clemente de Farias conta com 36 funcionários, sendo 28 efetivos pela Secretaria Municipal de Educação. Tem-se 01 diretor e 01 vice-diretor; 14 Professores Regentes; 02 eventuais; 02 especialistas (supervisão/orientação); 02 professores de Língua Inglêssa; 01 professor de Educação Física,

01 professor de Educação Religiosa; 02 Auxiliares de Secretaria; 08 Auxiliares de Serviços Gerais; 02 Inspetores de Aluno.

A Escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Almenara através de sua Secretaria Municipal de Educação.

A Escola funciona em três turnos (matutino, vespertino e noturno) sendo que os dois primeiros são do ensino regular (Ensino Fundamental) com início as 7:00 e término as 11:20 (manhã) e início as 13:00 e término as 17:20 (vespertino) e no turno noturno a escola é cedida para funcionamento do Programa Projovem Urbano, que é administrado através de parceria do município de Almenara com o governo do Estado de Minas Gerais, com início das aulas as 18:30 e término as 22:00.

A merenda escolar é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação de Almenara e conta com apoio de um nutricionista a fim de delinear cardápios e fazer o acompanhamento nutricional das escolas.

O tempo destinado à organização pedagógica é estruturado conforme às exigências da lei 9394/96 e resolução da SEE que consta com indicadores fixos no calendário elaborado no início do ano letivo com a participação de todos os profissionais da educação constando 200 dias letivos; 05 dias por semana; 40 semanas letivas; 30 minutos de recreio; 50 minutos cada módulo aula (Língua Inglesa, Educação Física e Educação religiosa); 4 hs e 30 min., a duração de cada turno.

Aprovado pelo colegiado de acordo com a legislação vigente, o calendário consta ainda com: Início e término do ano Letivo; Férias regulamentares e dias não letivos; Conselho de classe; Reunião pedagógica e administrativa; Recuperação; Reunião de pais e professores; Feriado e Recessos; Assembléia da comunidade escolar; Planejamento anual; Eventos Culturais e Pedagógicos (gincana, festa junina e folclore, consciência negra).

As ações didáticas e administrativas da Escola Municipal Clemente de Farias devem ser estruturadas de forma descentralizada, fundamentado no princípio da gestão democrática e na observância das normas legais. Dentre os órgãos administrativos temos: Diretoria e o Colegiado.

A diretoria compreende ao Diretor e ao vice-diretor, também chamado de diretor adjunto.

A direção tem a função de ser a articuladora de ações pedagógicas e administrativas da escola, estando entre as suas competências o ato de administrar o patrimônio da escola, que

compreende as instalações físicas, os equipamentos e os materiais, coordenar administração de pessoal, orientar o funcionamento da secretaria da escola, representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais do município, gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola, articular o desempenho pedagógico das escolas a fim de que contribua para o desenvolvimento institucional da escola.

Assim, o diretor escolar deve atuar, conforme atesta LUCK (2000, p. 16), como

[...] um gestor da dinâmica social, um mobilizador, um orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos.

E ainda, na visão de LIBÂNIO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 335, podemos verificar que

[...] o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente.

Ao vice-diretor ou diretor adjunto compreende substituir ao diretor em suas faltas e impedimentos eventuais, auxiliar o diretor no desempenho de suas funções, desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo diretor, desincumbir-se de todas as atividades que por sua natureza, ou em virtude das disposições regulamentares, sejam decorrentes de suas atribuições.

Portanto, pode-se perceber que as funções do diretor não são tão simples, nem ao menos é único, mas deve ser concebido sobre a ótica da participação, pois ele não faz a escola sozinho. Assim, na Escola Municipal Clemente de Farias, pautado sempre nos fins da gestão democrática, deverá articular as suas ações frente ao Colegiado ou Conselho Escolar que é um órgão deliberativo e consultivo de apoio à administração da escola, gestão pedagógica, financeira. Na escola o Colegiado deverá ser composto por 12 membros, entre funcionários, pais de alunos, diretor, professores e demais membros da comunidade escolar.

Assim, para a constituição do Colegiado Escolar a Escola Municipal Clemente de Farias terá como pressuposto definições expressas por Oliveira *et all apud* Pereira Filho (1996, p.01), SP. que relata

É fundamental que o Conselho Escolar, no processo de sua construção e constituição, passe por momentos de vivências coletivas nas quais não somente se

discuta o significado de um órgão colegiado para a organização político-pedagógica da escola, mas também se defina o tipo de homem, de educação e de sociedade que se deseja construir. Logo, é necessário pensar em meios e estratégias que garantam estudos e debates, seminários, encontros, assembléias, com os diversos segmentos componentes da comunidade escolar, para que o processo de construção do Conselho seja antecipado de condições possibilitadoras da compreensão teórico-prática e política que explicitem a sua necessidade.

Assim, quando assumida o caráter deliberativo compreende a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas na escola.

No âmbito consultivo compreende a emissão de pareceres, quando consultado pelo diretor da escola.

O colegiado tem ainda por função participar da elaboração, avaliação, reformulação e do acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e comprometer-se com sua implantação; opinar e apresentar sugestões sempre que necessário sobre as ações do PDE, com vistas a capacitação de pessoal e ao aperfeiçoamento de dos profissionais de educação que atuam na escola; propor a expansão do atendimentos escolar; emitir parecer, entre outras conforme discriminado no Regimento Escolar.

3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica da Escola

A Estrutura organizacional da Escola é composta pelo serviço de Supervisão Escolar e pelo Corpo Docente.

O Supervisor pedagógico é um especialista graduado em pedagogia com habilitação na área e tem por finalidade articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes nas áreas de ensino, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Atualmente, a escola conta com duas supervisoras pedagógicas que atendem ao turno matutino e vespertino. O trabalho hoje das supervisoras está voltado para o encaminhamento do projeto de intervenção a fim de sanar as dificuldades de leitura dos alunos e auxílio aos professores no desenvolvimento de metodologias diversas para um melhor tratamento em sala de aula.

A docência deve ser entendida como processo planejado de intervenções diretas e contínuas entre a experiência vivenciada do educando e o saber sistematizado, tendo em vista a apropriação, construção e recriação de conhecimento pelos educandos e o compromisso assumido com o conjunto da escola, através da participação em ações coletivamente planejadas e avaliadas, de acordo com a legislação vigente.

O corpo docente será exercido pelo professor legalmente habilitado em nível superior, admitida como formação mínima para o exercício do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Assim no exercício de sua função torna-se importante que o professor conheça sua criança para, num processo de interação, possibilitar-lhe a vivência de situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de participação, solidariedade e convivência para crescer na sua autoconfiança, na capacidade de adquirir conhecimentos e enfrentar os desafios que apresentam a ela.

A escola possui como dinâmica pedagógica a constante relação entre teoria e prática, a fim de que o aluno seja capaz de relacionar-se em sociedade.

As aulas são organizadas a fim de que o aluno possa se expressar através da escrita, da oralidade e da interação com os colegas.

A escola promoverá três formas de planejamento: anual com a finalidade de discutir as ações da escola; semestral a fim de estabelecer diretrizes para o primeiro semestre e bimestralmente a fim de analisar os avanços e proferir o que será estudado durante tal período. O planejamento se dará com a interação entre professores, equipe pedagógica, e direção da escola.

A escola promoverá estudos de recuperação da aprendizagem que serão oferecidos de forma bimestral ao longo do período letivo.

A escola buscará, juntamente e sob orientação com os especialistas na Secretaria Municipal de Educação, alternativas pedagogicamente adequadas para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos aos alunos que não tiverem atingido o nível de aproveitamento esperado.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todas os alunos em condições de prosseguir os estudos. As atividades de recuperação devem

ser programadas tanto para recuperar sua média de notas como para enriquecer o processo de aprendizagem.

Os estudos de recuperação destinam-se aos alunos:

I - de todas as séries do Ensino Fundamental, que não obtiveram a média bimestral prevista.

II - O aluno poderá fazer as recuperações em quantas disciplinas forem necessárias.

Após a recuperação, nos três primeiros bimestres, prevalecerão os pontos obtidos pelo aluno de maior valor, até o limite da média de cada bimestre. Apenas no 4º bimestre os pontos obtidos durante a recuperação podem ser maiores que os da média deste bimestre. Sendo portanto, apenas o sistema de recuperação bimestral.

4. CURRÍCULO

A característica de ensino propõe uma nova maneira de fazer educação, estabelecer um movimento interativo multi-direcional entre professor-aluno-conhecimento-realidades. Assim, vê a necessidade de reestruturação do currículo escolar, entendido como conjunto básico de disciplinas e de conceitos a serem apreendidos com o ensino.

Portanto, há nesta nova sociedade a exigência de um currículo aberto à dinâmica social, portanto flexível, que permita ressignificações, inclusão ou eliminação de atividades durante o processo, enfim, um currículo com caráter dialógico, tendo a pesquisa e a extensão como práticas pedagógicas aglutinadoras dos diferentes componentes (disciplinas, seminários, as práticas discentes...).

A estrutura curricular, em sua organização, proporciona ao aluno no ensino fundamental e na EJA, o cruzamento de diálogo de saberes entre as disciplinas e diferentes contextos educacionais.

A proposta curricular apresenta as seguintes características:

- valorização de todos os componentes curriculares, de forma que não exista uma supervalorização de disciplinas ou desvalorização de outras;

Este tipo de currículo permite um funcionamento flexível do curso, sem, de forma alguma, comprometer a qualidade do mesmo.

Assim, a dinâmica curricular do Ensino Fundamental se constituirá da formação discente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, portanto, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sócio-cultural necessários à reflexão crítica sobre a realidade e a sociedade.

A escola tem como eixos básicos a relação teoria e prática na integração do saber e do fazer, em que o exercício de interpretações múltiplas e variadas dos fatos, fenômenos e episódios da vida cotidiana se constituem elementos condutores e integradores de outros componentes curriculares.

Visando assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade e a flexibilidade, as estruturas curriculares privilegiam “o fazer e o pensar” cotidianos, através das atividades integradoras e das práticas pedagógicas desenvolvidas.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, que conforme alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a

obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição federal nos seus Arts. 5º, I, art. 210, Art. 206, I, §1º, do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Arts. 26, 26ª e 79B na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso as diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros.

Conforme o parágrafo 1º da Lei 10639/2003, o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. E no parágrafo 2º conta que os conteúdos referentes à história e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira.

A Escola Municipal Clemente de Farias garante a igualdade de acesso a todos os alunos e aos conteúdos do Núcleo Comum, de maneira a legitimar seu direito à escolarização, garantindo a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

Na parte diversificada, de acordo com as necessidades dos alunos, a escola optou pelo ensino da língua estrangeira moderna (Inglês).

A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de Temas Transversais, de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

O Currículo pleno deste estabelecimento compõe-se de uma parte comum e de uma parte diversificada.

As disciplinas do núcleo comum são no Ensino Fundamental, a serem obrigatoriamente ministrados nos anos iniciais :

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- História;
- Geografia;
- Ciências;
- Artes;
- Inglês (1º a 5ºano) ministrado por um professor específico habilitado;

- Educação Física (1º a 5ºano) ministrado por um professor específico habilitado;
- Ensino Religioso (1º a 5ºano) ministrado por um professor específico habilitado;

No Ensino fundamental (1º ao 5ºano), a disciplina de Literatura e Artes são ministradas pelo próprio professor regente.

A parte diversificada do currículo segue as concepções dos temas transversais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, e serão utilizadas com a finalidade de contextualizar, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas da base Nacional Comum. A parte diversificada será composta por uma dos elementos: Ética e cidadania; Diversidade cultural; Educação ambiental; Saúde; Orientação sexual; Trabalho e consumo; Projetos com temas locais.

Dar-se-á especial relevo ao Ensino de Português (de Língua Portuguesa) e de Matemática por meio de sua inclusão em todos os anos do Ensino Fundamental conforme o caso e de adequada utilização dos demais componentes curriculares no desenvolvimento do pensamento lógico e das linguagens oral e escrita.

No Ensino Fundamental dará maior relevância ao ensino de Matemática e Português assegurando também o predomínio de sua carga horária em relação a cada um dos demais conteúdos nas demais disciplinas.

A escola através do Professor e do especialista pedagógico fará a programação dentro da carga horária prevista, atividades curriculares para os alunos que não optarem pelo ensino religioso.

A disciplina de Artes permeará todo o processo educativo, sendo disciplina obrigatória do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de acordo com a grade curricular.

A Educação Física será ministrada por profissional habilitado em todos os anos, observando-se o mínimo de 02 sessões semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos cada uma.

Serão incluídos estudos e atividades Educação Ambiental como conteúdo programático integrado à disciplina Geografia, História e Ciências conforme o plano curricular anual.

Nesta escola desenvolverá projetos, visando a melhoria do ensino-aprendizagem com apoio, supervisão e orientação de especialistas da mesma. Os projetos desenvolvidos acolherão temas comemorativos e do interesse dos alunos, onde poderão ser ministrados dentro de todas as disciplinas enfatizando a abordagem multidisciplinar.

4.1 Plano de Ensino

Na elaboração do Plano de Ensino dos anos iniciais do ensino fundamental serão consideradas as características dos conteúdos disciplinares, o nível de entendimento desejável a ser alcançado pelos alunos, as diretrizes e orientações curriculares e as diretrizes do Projeto Pedagógico contido no Plano do Desenvolvimento da Escola e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

4.1.1 Língua Portuguesa

O domínio da linguagem oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso a informação expressa e defende pontos de vista, partilha ou constroi visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. Ao longo das duas primeiras etapas do Ensino Básico, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação a linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo.

4.1.2 - Matemática

As finalidades do ensino de Matemática devem levar as crianças a identificarem os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;

4.1.3 - Ciências

Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como

indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino das ciências na formação básica. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valorização dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

4.1.4 - Geografia

O estudo de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa a ampliação das capacidades dos alunos, do ensino fundamental, de observar, conhecer, explicar comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. A geografia oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirimos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares distantes no tempo e no espaço e perceber as marcas do passado no presente.

4.1.5 - História

Ensinar História implica a busca por alcançar objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona a constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas entre as quais, aquelas que se constituem como nacionais. A História, para o ensino fundamental, concebe-se em proporcionar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular na formação dos estudantes, como referências aos educadores, na busca de práticas que estimulem e incentivem o desejo pelo conhecimento. Apresenta princípios, conceitos e orientações para atividades que possibilitem aos alunos a realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano.

4.1.6 - Arte

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve também, conhecer, apreciar e refletir sobre a natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. No transcorrer da primeira etapa do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

4.1.7 - Educação Física

Educação Física traz uma proposta que procura democratizar humanizar e diversificar a prática pedagógica da área buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física nas escolas.

4.1.8 - Língua Estrangeira Moderna (Inglês)

Para o ensino de Língua Estrangeira foi escolhido a Língua Inglesa, que apesar de não fazer parte da base curricular nacional comum, é um diferencial das escolas municipais fazendo parte do Plano Curricular dos anos iniciais do ensino fundamental.

4.1.9 - Ensino Religioso

O componente curricular de Ensino Religioso deverá compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A Escola é palco de inúmeras transformações, que se perfazem dentro e fora da sala de aula. É através do ensino ofertado, da construção do conhecimento, dos debates, das ações que se promovem inúmeras modificações de pensamento, de desejos, de lutas e assim constituem um novo modelo para uma nova educação. Torna-se essencial que a escola seja vista como um espaço para o saber e não apenas uma rotina prática da relação unívoca entre aluno e professor.

A sala de aula assume assim um grande processo que se caracteriza pela participação, pelas relações professor/aluno, aluno/aluno, entre diversas outras significações. A Biblioteca é o espaço para leitura, onde o aluno será levado a despertar a imaginação e a viajar pelo mundo leitura. O laboratório de informática deverá ser utilizado como instrumento de formação e processar-se-á como ponto de apoio a pesquisas escolares.

Para tanto, para que o espaço se processe como algo inovador é necessário que ele estimule o interesse e a participação dos alunos, contando com boa infra-estrutura, com boa ventilação e condições térmicas favoráveis.

Para Ribeiro (2004, p.105),

O Espaço escolar deve compor um todo coerente, pois é nele e a partir dele que se desenvolve a prática pedagógica, sendo assim, ele pode constituir um espaço de possibilidades, ou de limites; tanto o ato de ensinar como o de aprender exigem condições propícias ao bem-estar docente e discente.

A sala de aula receberá uma quantidade de alunos, por m², estabelecida na Resolução SEE/MG 449/2004, buscando sempre a conveniência pedagógica de proporcionar um ensino de qualidade, que respeite o professor e o aluno.

Será tido como número máximo de alunos por turma, em idade entre 06 e 10 anos, o limite de 25 crianças.

Outro ponto importante na dinâmica escolar é o tempo, que deve cumprir pressupostos legais, desde matrícula em determinada série até a quantidade de dias letivos e carga horária de estudo, e de trabalho dos funcionários da escola. Assim, o Corpo docente deverá cumprir a carga horária de 24 horas semanais, sendo distribuídas em períodos de 4h30minutos.

Estarão inclusas na carga horária docente formação continuada a serem realizadas conforme disposição da escola em calendário escolar ou Secretaria Municipal de Educação.

Os auxiliares de serviços gerais, auxiliares de secretaria e a direção da escola deverão cumprir carga horária semanal de 40 horas semanais, distribuídos em períodos de 8 horas diárias. O Serviço de Supervisão Pedagógica deverá cumprir regime de 30 horas semanais, com períodos de diários de 6 horas.

A matrícula ocorrerá a partir de cadastramento escolar que definirá a demanda e a oferta para sua efetivação nas instituições de ensino.

Serão divulgadas amplamente pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Escola Municipal Clemente de Farias as vagas para matrícula no ano letivo.

O Calendário Escolar da EM Clemente de Farias será elaborado pelos profissionais da escola, discutidos e aprovado pelo Colegiado, cabendo ao Inspetor Escolar, supervisionar o cumprimento das atividades nele previsto, onde deverão constar:

- I. mínimo de 200 (duzentos) dias letivos;
- II. 05 dias escolares;
- III. 40 semanas letivas (podem ser alterados conforme resolução vigente)
- IV. 20 minutos de recreio
- V. 4 horas e 30 minutos a duração de cada turno
- VI. Período de férias e de recesso escolar;
- VII. Reuniões pedagógicas;
- VIII. Reunião de pais;
- IX. Conselho de Classe;
- X. Período de planejamento pedagógico;
- XI. Capacitação de professores.
- XII. Feriados
- XIII. Programação Cultural e Pedagógica;

O dia letivo será aquele em que os professores e os alunos desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas com mais de 50% do total freqüente dos alunos.

O dia escolar é aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo com a presença obrigatória, apenas do pessoal docente, técnico e administrativo.

O corpo administrativo e pedagógico tem a liberdade de convocar reuniões pedagógicas, administrativas, reuniões de pais e de conselho de classe, além das estabelecidas no calendário escolar, quando estas forem necessárias.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

Uma das funções primordiais dentro da escola é a ação efetiva para que se propicie uma transformação na construção de um mundo real, objetiva. Elevar os padrões de eficiência e de autonomia financeira, organizacional e pedagógica da instituição escolar é a gestão democrática.

O principal objetivo dessa forma de gerir o espaço está basicamente na busca da efetivação de todos os membros da comunidade escolar frente aos processos de decisão da escola. Pode-se perceber que estão implícitos nesta configuração os objetivos sócios-políticos e pedagógicos da escola.

Portanto, o processo de decisão está vinculado à participação dos membros da comunidade escolar, que norteiam uma gestão democrática.

Assim, Carmo e Gonçalves (2001, p. 53) apud Bernard (1951) expõe que “A arte da decisão administrativa consiste em não decidir questões que não são pertinentes, em não decidir prematuramente, em não tomar decisões que não podem ser executado, e em não tomar decisões que competem a outras pessoas”.

Portanto, a tomada de decisão não se torna apenas uma ação do diretor, mas uma construção coletiva, em direção ao sucesso escolar.

Neste sentido, a Escola Municipal Clemente de Farias norteada nos princípios da gestão democrática buscará implementar ações que configurem a uma participação ativa de membros da comunidade escolar, bem como no Colegiado da Escola.

Neste sentido, o Documento Referencia da CONAE (2009) expõe que:

Considerando a gestão democrática como princípio assentado no ordenamento jurídico, faz-se necessário discutir permanentemente os processos de organização e gestão das instituições educativas e sistemas de ensino, de modo a ampliar a reflexão acerca de conceitos e práticas que as direcionam, bem como garantir ações concretas em prol de uma educação de qualidade, a partir do encaminhamento de políticas universais, que se traduzam em processos e ações regulares e permanentes, em detrimento de políticas meramente setoriais.

Portanto, pode-se perceber a importância de uma gestão pautada na discussão coletiva, no debate sobre a melhoria do processo de gestão escolar na configuração de uma educação de qualidade em que a oferta do ensino seja também oferta da cidadania.

Por isso, esta forma de gestão partilhada será a grande luta desta Escola, para que se efetive concretamente a função social de educar.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola cada vez mais assume novas responsabilidades, que amplia gradativamente a sua função social e mescla-se diante de um novo modelo, comparando e criando possibilidades para uma melhoria social.

Assim, dentro de uma gestão partilhada e na configuração de um papel dinâmico na qual todos possuem direitos, como também deveres, e atribuições específicas que se formatam no cotidiano escolar. Portanto, a definição de papéis e responsabilidades facilitam a construção e o direcionamento de ações.

Assim, caberá a Escola a busca constante da promoção da qualidade, estando para tanto subsidiada sobre aspectos voltados para a construção do conhecimento e da formação humana, intercalando-se sempre junto a sociedade, delimitando atribuições e funções para o andamento do aspecto democrático. Portanto, caberá ao Gestor Escolar levar a construção de um espaço educativo reflexivo, dialógico e assim traçar metas junto com o grupo para a melhoria constante da escola.

Juntamente a esta equipe temos: serviço de supervisão escolar e o serviço de orientação escolar que possuem como base avaliar o desenvolvimento da escola vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade da escola ou em outras realidades do Sistema Estadual de Ensino e ainda Cuidar da orientação emocional do educando e do aconselhamento psico-pedagógico em todos os estágios do seu desenvolvimento, encaminhando-o quando necessano, a outros profissionais e auxiliando os professores na condução do processo de aprendizagem para a constante melhoria na apreensão do currículo escolar.

Ao professor caberá o desenvolvimento das atividades educativas junto ao aluno e mais procurando sempre auxiliar e elaborar plano de trabalho, de controle e avaliação do rendimento escolar, de recuperação de alunos, de auto-aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação no âmbito da escola, para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e participação ativa na vida comunitária da escola.

À família, cabe a responsabilidade de ser um apoio ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno, levando-se sempre a participar das atividades propostas, buscar o boletim e conversar com os professores.

Caberá aos alunos a buscar o conhecimento demonstrando participação, interesse e comprometimento e ainda desenvolver o hábito de estudo, buscando progredir cada vez mais respeitando as contantes integrações com o meio e com o outro de forma recíproca e inovadora, frente ao dinamismo da escola e de si mesmo.

8. AVALIAÇÃO

Quando se fala do tema avaliação da aprendizagem ou até mesmo institucional é comum divergências sobre o mais variados ângulos, tendo-se em vista que tal temática ainda é um dos instrumentos prejudiciais a prática educativa. Infelizmente, ainda no contexto atual a avaliação é vista como um instrumento punitivo, que serve apenas para tabular conceitos sobre o aluno. Neste sentido, Luckesi (2002, p.180) expõe que:

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida.

Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la.

Para tratar esta questão torna-se fundamental termos consciência sobre a finalidade real da avaliação. É necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre as práticas, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação escolar é antes de tudo uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades e aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. A avaliação estará inserida no processo ensino e aprendizagem e resultará de várias atividades que serão realizadas com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem dos conteúdos propostos.

Em nenhum momento a escola poderá prescindir de uma avaliação minuciosa e consistente. Avaliar parcialmente, ou com instrumentos inadequados ou sem uma clareza em seus objetivos provocará rupturas no desenvolvimento e processo de ensino dos alunos. A avaliação bem realizada dará suporte a ação educativa e garantirá a interação entre aluno e professor. Uma avaliação de qualidade será aquela que medirá não apenas o aprendizado mas o crescimento socio-emocional do aluno.

Uma das formas para a elaboração de uma avaliação de qualidade é priorizá-la no início do planejamento, estabelecendo metas, o que se torna prático a elaboração de instrumentos adequados para atingi-las. Priorizar o atendimento do aluno que não consegue o desenvolvimento esperado ou com dificuldades de aprendizagem.

A Escola Municipal Clemente de Farias apresenta seu sistema de avaliação de registro dos resultados expressados através de notas para os alunos que cursa **os anos iniciais** do ensino fundamental. E para efeito de aprovação o aluno deverá ter alcançado a pontuação mínima de 60% do total de 100 pontos distribuídos durante o ano letivo. Deve-se ressaltar, entretanto, que a avaliação terá prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos e será processada de forma contínua e cumulativa transcorrendo em todo processo, sendo dividido em períodos bimestrais, segundo o calendário escolar, sendo:

- **1º bimestre** = 20 pontos — Média: 12 pontos;
- **2º bimestre** = 25 pontos — Média: 15 pontos;
- **3º bimestre** = 25 pontos — Média: 15 pontos;
- **4º bimestre** = 30 pontos — Média: 18 pontos.

Os pais ou responsáveis, após o término de cada bimestre, concluída as atividades avaliativas, serão informados sobre o desempenho do aluno através de boletins onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas.

Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor sendo, analisados os progressos, dificuldades seguidos por um momento de reflexão com o aluno, dando a ele a oportunidade de rever e refazer seus resultados.

Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo a apreciação do seu desempenho pelo Professor e Especialista por meio do Conselho de Classe que por sua vez é um momento de avaliação e busca de solução para as dificuldades encontradas.

Com base na avaliação realizada ao final de cada bimestre letivo, a equipe pedagógica juntamente com o professor, deverá recomendar os procedimentos, dentre as alternativas curriculares oferecidas, que melhor atende as características de cada aluno.

Caso o aluno não alcance os objetivos propostos em cada unidade e a pontuação for inferior a média de cada bimestre, ele será submetido a estudos de recuperação, programada dentro do calendário escolar.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento, apuração da assiduidade, onde será exigido do aluno mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e o compromisso do aluno com ao processo de ensino aprendizagem, onde deverão ser abordados a expressão oral, escrita, trabalho em equipe.

No início de cada ano letivo, se preciso, far-se-á a diagnose da aprendizagem, cujo resultado e para verificar os aspetos programáticos já vencidos possibilitando a continuidade do desenvolvimento das capacidades programada em cada disciplina e cada ano de escolaridade.

Deve-se levar em conta que a Escola Municipal Clemente de Farias é avaliada através dos Sistemas Estadual e Federal de Ensino, com aplicação de avaliações sistêmicas. Tais registros servem de parâmetro para a escola a fim de que se possa constituir um padrão sobre o andamento da escola e de todo o processo de ensino aprendizagem na escola.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Político Pedagógico é um dos instrumentos que caracterizam a escola e delinea seus passos para um novo perfil, através dos espaços, do tempo, da formatação pedagógica e administrativa, do perfil do gestor frente a participação da comunidade escolar.

A sua construção não foi simples, ela é resultado de debates, de estudos e de perspectiva para o futuro. Não é tarefa simples, mas o trabalho realizado procura sempre criar novas possibilidades e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem é o resultado final quando estamos diante desta nova ferramenta para possibilitar um novo projeto educacional.

Esta proposta é uma semente, que está sendo plantada, não será da noite para o dia que ela dará frutos, mas com paciência, adubando e regando, o solo se torna fértil e a colheita será farturosa. Mas tudo isto exige trabalho, parafraseado Augusto Cury “Educar é semear com sabedoria e colher com paciência”.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Rosmeire Trombini, CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **O Gestor Escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/217-2.pdf>, Acesso em 13/08/2010.

BRASIL. **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Educação nacional.

BRASIL. **Lei 10639** de 09 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Documento Introdutório. Versão Agosto / 1996. Disponível em: <http://www.zinder.com.br/legislacao/pcn-fund.htm>. Acesso em: 14/08/2010.

GONÇALVES, Juçara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. Disponível em http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao_Escolar.pdf. Acesso: 14/08/2010

MINAS GERAIS. **Resolução 446/2004**.

MEC: **Conferência Nacional de Educação (CONAE) – Documento Final, 2010**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFGM>, acesso em 14/08/2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa.. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. In: Em Aberto, n° 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores, Jun de 2000, p. 11-34).

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSÓRIO, Antonio Carlos N. **Projeto Pedagógico: o pensar e o fazer**. Revista Integração, Brasília, DF, ano 2, n 1, p. 25-32 , Mai-jun., 1999.

PEREIRA FILHO, apud OLIVEIRA, João Ferreira de , MORAES, Karine Nunes, DOURADO, Luiz Fernandes. **Conversando um pouco mais sobre Conselho Escolar**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_4.pdf. Acessado em 13 de agosto de 2010.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo**. Feira de Santana: Sitientibus, 2004. Disponível em: http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/31/espaco_escolar.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**, disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>, Acesso em 02 de agosto de 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e projeto Político Pedagógico**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7^a ed. São paulo: 2000, 205p.